

Parecer n.º 323/2012

Data: 2012.10.16

Processo n.º 309/2012

Entidade consulente: Presidente do Conselho Clínico do Agrupamento de Centros de Saúde (...)

I - Factos e pedido

1. A solicitou ao Diretor da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de (...) “o *acesso aos documentos administrativos referentes ao processo clínico*” de B, sua mãe, falecida.
2. A entidade consulente tendo dúvidas, suscitou a intervenção da CADA.
3. Questionado pela CADA quanto à motivação subjacente ao pedido, o requerente esclareceu que o mesmo tem por objetivo “a *eventual propositura de uma ação, com vista à anulação de negócios jurídicos celebrados por B em altura em que, em virtude da doença de que padecia, não se encontrava na posse de todas as suas capacidades mentais*”.

II - Apreciação jurídica

1. De acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto, Lei do Acesso aos Documentos Administrativos (LADA), as entidades a quem tiver sido dirigido requerimento de acesso a documentos administrativos podem expor à CADA dúvidas que tenham sobre a decisão a proferir, a fim de esta entidade emitir parecer.
Serão deste diploma legal os preceitos normativos mencionados, posteriormente, sem qualquer outra referência.
2. A entidade consulente encontra-se sujeita à LADA: alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º.
3. O acesso livre e generalizado aos documentos administrativos constitui um princípio geral da LADA (artigo 5.º): “*todos, sem necessidade de enunciar qualquer interesse, têm direito de acesso aos documentos administrativos, o qual compreende os direitos de consulta, de reprodução e de informação sobre a sua existência e conteúdo*”.
A LADA considera documento administrativo qualquer suporte de informação sob forma escrita, visual, sonora, eletrónica ou outra forma, na posse dos órgãos e entidades referidos no artigo 4.º, ou detidos em seu nome: artigo 3.º, n.º 1, alínea a).

Como refere o Acórdão de 31 de agosto de 2011 do Supremo Tribunal Administrativo (Processo n.º 0758/11), “para que um documento seja considerado «documento administrativo» para efeitos da alínea a) do n.º 1 do referido art. 3.º daquela Lei, não se exige que ele esteja conexionado com alguma das actividades administrativas, bastando que esteja na posse dos órgãos e entidades referidos no artigo seguinte, ou detidos em seu nome”.

Assim, o acesso àquele tipo de documentos é livre e generalizado, sem que haja necessidade de apresentar qualquer tipo de justificação ou fundamentação.

No entanto, a LADA identifica algumas restrições ao direito de livre acesso:

- a) Quando os documentos contenham, acerca de pessoa singular, identificada ou identificável, apreciações ou juízos de valor, ou informações abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada - informação nominativa (n.º 5 do artigo 6.º);
- b) Quando os documentos contenham “segredos de empresa” (n.º 6 do artigo 6.º);
- c) Quando haja razões para diferir ou indeferir o acesso (n.ºs 1, 2, 3 e 4 do artigo 6.º).

O direito de acesso à informação está, ainda, sujeito a limites ou restrições, para salvaguarda de outros bens constitucionalmente tutelados e de direitos que com ele entrem em colisão, nomeadamente referentes à dignidade da pessoa humana, direitos das pessoas à integridade moral, ao bom nome e reputação, à palavra, à imagem, à privacidade, restrições impostas pelo segredo de justiça ou pelo segredo de Estado¹.

- 4. Documentos nominativos são, para efeitos da LADA, os documentos administrativos que contenham, “acerca de pessoa singular, identificada ou identificável, apreciação ou juízo de valor, ou informação abrangida pela reserva da intimidade da vida privada” [alínea b), n.º 1, artigo 3.º].

É nominativo o documento administrativo que revele, por exemplo, informação de saúde, da vida sexual, de convicções ou filiações filosóficas, políticas, religiosas, partidárias ou sindicais.

São ainda nominativos os documentos administrativos que contenham opiniões sobre a pessoa (nomeadamente as expressas em processos de averiguações, de inquérito e disciplinares), os que traduzam descontos no respetivo vencimento, feitos não *ope legis*, mas *ope voluntatis* ou na sequência de decisão judicial e outros

¹ Cfr. sobre o tema, por exemplo, J. J. Gomes Canotilho / Vital Moreira, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 4.ª ed., I, Coimbra, 2007, pp. 573-574; Jorge Miranda / Rui Medeiros, *Constituição Portuguesa Anotada*, I, Coimbra, 2005, p. 430; J. Renato Gonçalves, *Acesso à Informação das Entidades Públicas*, Coimbra, 2002, pp. 51 e ss.

documentos cujo conhecimento por terceiros possa, em razão do seu teor, traduzir uma invasão da reserva da intimidade privada.

Nesta perspetiva, considerou o Supremo Tribunal de Justiça, em 28 de setembro de 2011 (Processo n.º 22/09.6YGLSB.S2), e citando o Acórdão proferido pelo Tribunal da Relação do Porto, em 31 de maio de 2006 (CJ III/210), que, neste âmbito, *“o que se pretende abranger e tutelar é apenas «o núcleo duro da vida privada» e mais sensível de cada pessoa, como seja a intimidade, a sexualidade, a saúde, a vida particular e familiar mais restrita, que se pretende reservada e fora do conhecimento das outras pessoas”*.

Assim, dados como o nome, a filiação, os números de bilhete de identidade e de contribuinte fiscal, as habilitações académicas e/ou profissionais não são, à luz da LADA, elementos que traduzam em si mesmos apreciações, juízos de valor ou informações abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada, pelo que são, em geral, de livre acesso por se enquadrarem no conceito de documentos administrativos não nominativos.

Os documentos nominativos são comunicados, apenas:

- a) À pessoa a quem os dados digam respeito;
- b) A terceiros munidos de autorização escrita;
- c) A terceiros que demonstrem possuir interesse direto, pessoal e legítimo no acesso (n.º 5 do artigo 6.º).

- 5. Os documentos nominativos *“são objecto de comunicação parcial sempre que seja possível expurgar a informação relativa à matéria reservada”* (n.º 6 do artigo 7.º).
- 6. Conforme tem sido sucessivamente sustentado pela CADA, o acesso a informação de saúde integra matéria respeitante à reserva da intimidade da vida privada do respetivo titular da informação e é, por isso, de natureza reservada.

A informação de saúde é propriedade da pessoa, sendo as unidades do sistema de saúde as depositárias dessa informação (n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 12/2005, de 26 de Janeiro).

Todas as informações referentes ao estado de saúde do doente, situação clínica, diagnóstico e tratamento são confidenciais. Contudo, podem terceiros aceder à informação de saúde se o doente der o seu consentimento ou se aquele alegar e demonstrar que é titular de um interesse direto, pessoal e legítimo no acesso.

- 7. Dado que o requerente não é titular da informação, nem dispõe de autorização escrita do mesmo, há que aferir da existência de um interesse direto, pessoal e legítimo, da sua parte, no caso em apreço.

A determinação da existência desse direito aferir-se-á de acordo com um juízo de proporcionalidade, na sua tripla vertente de adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito, entre a reserva da intimidade da vida privada da falecida e a pretensão do requerente em analisar a possibilidade de instauração de um processo judicial.

8. Tem sido entendido pela CADA que a existência de interesse direto, pessoal e legítimo no acesso do requerente a informação de saúde exige a ponderação entre o direito de reserva à intimidade da vida privada e o direito de acesso à justiça. Confira-se a doutrina da CADA exposta no parecer n.º 121/2011²:

“(...) É doutrina da CADA que se encontra demonstrado o interesse directo, pessoal e legítimo nas situações em que o requerente pretende fazer valer direitos ou interesses atendíveis para justificar a quebra relativa da privacidade do titular da informação. Nestas circunstâncias o acesso é autorizado se a motivação e as finalidades invocadas pelo requerente permitirem concluir que o acesso é adequado, necessário e não excessivo³.

No que respeita à informação de saúde do pai da requerente, já falecido, aquela refere que o pedido consiste na recolha das “informações [que se destinam] a ser analisadas para uso em processo judicial” e que o acesso visa o eventual uso dos dados clínicos de seus pais em processo judicial com eles relacionado.

A necessidade de conhecer a mencionada informação integra o conceito de interesse directo, pessoal e legítimo nas situações em que familiares próximos da pessoa falecida pretendem fazer valer direitos ou interesses atendíveis para justificar a quebra relativa da privacidade do titular da informação⁴.

Será o caso de o acesso à informação constituir uma forma apta e idónea de avaliar criteriosamente a eventual utilização de meios judiciais, configurando-se assim, o exercício do direito de acesso como pressuposto necessário a uma decisão esclarecida⁵.

Entende-se que a situação referida se enquadra na previsão da lei e da doutrina expostas, aferidas de acordo com o princípio da proporcionalidade, devendo o direito de acesso aos documentos administrativos prevalecer face ao direito à protecção da privacidade e da intimidade⁶.

² Disponível em www.cada.pt

³ Cfr. Pareceres da CADA n.ºs 7/2010, 19/2010 e 23/2010, disponíveis em www.cada.pt.

⁴ Ver Pareceres n.º 32/2006 e n.º 137/2006, disponíveis em www.cada.pt.

⁵ Ver parecer n.º 172/2009, disponível em www.cada.pt.

⁶ No mesmo sentido os Pareceres da CADA n.º 328/2009 e n.ºs 152, 250 e 251/2008, disponíveis em www.cada.pt.

Deste modo, poderá a requerente aceder à informação de saúde requerida referente ao pai falecido (...).

9. Na situação em apreço, o requerente pretende a informação clínica para aferir da pertinência da interposição de uma ação, com vista à apreciação da validade dos negócios jurídicos celebrados pela sua mãe, em virtude de a mesma alegadamente sofrer já, à altura, de uma doença mental.

Estamos perante um interesse direto, legítimo e pessoal do requerente na informação clínica da sua falecida mãe.

A informação em causa é adequada e necessária para que o requerente possa decidir da razoabilidade da sua intenção em avançar para meios judiciais. Por outro lado, o sacrifício exigido (a quebra da reserva da intimidade da vida privada da falecida mãe do requerente) não é desproporcional face ao interesse do requerente, uma vez que estão em causa legítimas aspirações à proteção dos seus direitos.

10. Determina o n.º 2 do artigo 8.º, que *“os documentos nominativos comunicados a terceiros não podem ser utilizados para fins diversos dos que determinam o acesso, sob pena de responsabilidade por perdas e danos, nos termos legais”*». O fim invocado, no presente caso, é a eventual interposição de uma ação judicial por parte do requerente.

III - Conclusão

Face ao exposto, entende-se que deve a entidade requerida facultar o acesso à informação de saúde solicitada.

Comunique-se.

Lisboa, 16 de outubro de 2012

João Perry da Câmara (Relator) - Pedro Delgado Alves - David Duarte - Maria Eduarda Azevedo - Paulo Moura Pinheiro - Antero Rôlo - Renato Gonçalves - Artur Trindade - Helena Delgado António (voto a conclusão) - António José Pimpão (Presidente)